

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA  
NO DIA 12 DE AGOSTO DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DO MUNICÍPIO DE  
LAMEGO**

**PRESENCAS**

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Ângelo Manuel Mendes Moura e os senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues, António Pinto Carreira, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, Ana Catarina Graça da Rocha e José Correia da Silva.

**AUSÊNCIAS**

Não se verificou qualquer ausência.

**SECRETARIOU**

A Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

**ABERTURA (COD. 02)**

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)**

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** reportou-se ao pedido de agendamento de uma reunião extraordinária subscrita pelos senhores Vereadores do PSD e CDS, que deu entrada na Câmara, no dia 7 de agosto de 2019, lendo o teor da proposta de deliberação que se transcreve na íntegra:

**“PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

*Manutenção em funcionamento dos Jardins de Infância de Avões, Britiande, Cepões, Penajoia, Sande e Valdigem no ano letivo 2019/2020*

*Considerando que:*

*1. O tema ora em apreço já foi, por diversas vezes, discutido em reunião da Câmara Municipal de Lamego sem, contudo, ter este órgão deliberado sobre esta matéria;*

2. *A Carta Educativa carece de uma discussão alargada e de uma profunda atualização, as quais devem ocorrer a montante de qualquer decisão que se venha a tomar acerca da rede escolar;*
3. *O Plano de Ação Social Escolar e Transporte Escolar para 2019/2020 não tem qualquer referência ao encerramento dos jardins de infância, sendo abusivo dizer-se que, ao aprovar este plano, aprovou a Câmara Municipal o encerramento dos jardins de infância.*
4. *O parecer do Conselho Municipal de Educação, emitido sobre esta matéria, é obrigatório mas não vinculativo.*
5. *A Assembleia Municipal de Lamego se pronunciou, maioritariamente, no sentido de se assegurar o funcionamento dos jardins de infância no ano letivo 2019/2020 e nos anos vindouros;*
6. *Os encarregados de educação foram notificados, na última semana de Julho de 2019, para renovarem as matrículas dos seus filhos nos Centros Escolares de Lamego, em virtude do alegado encerramento dos jardins-de-infância nas freguesias, sem que o Executivo Municipal tenha conhecimento ou sobre este tema deliberado.*
7. *As populações e os Presidentes das Juntas de Freguesia dos territórios abrangidos já se manifestaram, publicamente, contra o encerramento dos jardins de infância;*
8. *Existe o sério risco de as crianças abrangidas pelo encerramento dos jardins de infância não serem inscritas nos Centros Escolares, em virtude da posição assumida pelos Encarregados de Educação, e ficarem por isso arredadas do acesso a um serviço educativo determinante para a promoção do seu sucesso educativo futuro.*
9. *A manutenção em funcionamento destes equipamentos coletivos contribui para a coesão e a sustentabilidade do território, especificamente das freguesias de Avões, Britiande, Cepões, Penajoia, Sande e Valdigem, porquanto fixam empregos e contribuem decisivamente para que as pessoas não abandonem essas localidades.*
10. *Até hoje, ainda não foi o executivo informado da decisão de encerramento dos jardins de infância, nem por ofício da DGEsTe nem por informação do Presidente da Câmara Municipal de Lamego.*
11. *A Lei n.º 159/99, de 14 de setembro determina, no n.º 1 do artigo 19.º, que é da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e gestão dos equipamentos educativos, visão essa reforçada pela Resolução de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho. A Câmara Municipal de Lamego determina que:*
  - I. *O Município de Lamego assegurará, em articulação com a DGEsTe, o regular funcionamento dos jardins de infância de Avões, Britiande, Cepões, Penajoia, Sande e Valdigem no ano lectivo 2019/2020;*

*II. O Presidente da Câmara Municipal de Lamego comunicará, com efeitos imediatos e no dia de hoje, à DGEsTe a intenção referida na alínea anterior;*

*III. O Presidente da Câmara Municipal de Lamego dará conhecimento desta deliberação, com efeitos imediatos, aos Agrupamentos Escolares e às Juntas de Freguesia dos territórios em questão;*

*IV. De todas as comunicações anteriormente referidas sejam remetidas cópias aos Vereadores.”*

Seguidamente, como primeiro subscritor do requerimento, questionou o senhor Presidente da Câmara quando pretende agendar a reunião extraordinária solicitada.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** questionou o senhor Presidente da Câmara se os serviços enviaram ou não, cópia da ata da reunião de Câmara realizada no dia 27 de maio de 2019, tal como requereu na última reunião de Câmara, realizada no dia 5 de agosto de 2019.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** chamou a atenção para o facto de existirem a vagar pela cidade de Lamego matilhas de cães. Disse que é urgente encontrar uma solução para resolver este problema, dado que os mesmos constituem num perigo para a segurança das pessoas e dos seus bens e se o canil municipal está lotado então tem de se proceder a obras para aumentar a sua capacidade de recolha.

De seguida, apelou ao senhor Presidente da Câmara que diligencie no sentido de mandar pagar mais uma tranche dos subsídios às Associações Desportivas, uma vez que se vai iniciar mais uma época desportiva e por isso é extremamente difícil ou impossível a estas associações planearem as suas atividades e honrar os eu compromissos uma vez que ainda só receberam, até à data, um terço do valor total atribuído.

O senhor **Vereador José Correia da Silva**, em primeiro lugar, reforçou o assunto manifestado pelo senhor Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa, referente à matilha de cães. Referiu que de facto é notório um aumento de cães errantes pela cidade, pelo que é urgente encontrar uma solução para este grave problema.

Seguidamente, questionou o senhor Presidente da Câmara se existe alguma razão para não ter sido acolhido, pelo segundo ano consecutivo, o programa televisivo da TVI “Somos Portugal”, no Programa das Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios.

Disse que este programa “Somos Portugal” que durante o ano se realiza em vários pontos do país é o segundo programa que tem maior audiência, sendo que Lamego tinha o segundo maior share de audiências da TVI, precedido apenas por Viana do Castelo.

Afirmou que este programa era importante para a divulgação e promoção não só das Festas de Nossa Senhora dos Remédios, como também do concelho e da região.

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** começou por referir que não é o programa da TVI que faz as festas, no entanto, compreende a importância deste tipo de programas. Adiantou que não deixarão de divulgar Lamego sendo que, para tal, na próxima quinta-feira, as Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios estarão representados no programa "*Alô Portugal*", transmitido pela SIC e pela SIC Internacional. Esclareceu que a primeira proposta apresentada pela TVI implicava uma grande logística ao nível da alimentação e do alojamento, adiantado que está a ser analisada uma segunda proposta proveniente da TVI.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara**, no que toca à matilha de cães, disse que confirma tal existência na cidade de Lamego. Esclareceu que, tal como é consabido a legislação foi alterada recentemente, não sendo possível o abate de cães errantes, e não existe mais capacidade no canil municipal para os recolher.

Adiantou que é um assunto que muito os preocupa, o qual estão a acompanhar e a tentar resolver, o que não é fácil, dado que o canil municipal está sobrelotado e acima da sua capacidade. Inclusive, o Município de Lamego teve de suspender os acordos celebrados com outros municípios para não receber mais animais, por falta de espaço no canil municipal.

Aproveitou para sensibilizar as pessoas que não devem alimentar estes animais nas ruas, constituindo um problema acrescido, quer ao nível de higiene, quer ao nível de segurança, para a população em geral, podendo desencadear o aparecimento de pragas, colocando em risco a saúde pública.

Adiantou, ainda, que o Município de Lamego se candidatou, no ano passado, a um fundo comunitário para aumento do Centro de Recolha de Animais, porém não foi conseguido, dado que as verbas disponíveis foram canalizadas para terras que não tinham Centros de Recolha.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que foi enviada documentação para a DGESTE há cerca de um mês atrás. Quanto à cópia da ata da reunião de Câmara datada de 27 de maio de 2019 irá verificar se foi enviada, ou não.

Quanto ao pedido de marcação de uma reunião extraordinária, disse que a mesma irá ser convocada ainda para esta semana, cumprindo o Regimento da Câmara Municipal, aliás tal como foi cumprido, na última reunião de Câmara.

Quanto às transferências de valores para as Associações, disse que tal implica a existência de fundos disponíveis, o que neste momento, não poderá ser satisfeito, o que só poderá ocorrer pelo final do mês de setembro de 2019, sendo um assunto que virá à reunião do Executivo brevemente.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que vai acreditar nas palavras que o senhor Presidente da Câmara acabou de proferir, pese embora, tenha prometido outras coisas em ocasiões anteriores e depois não as cumpriu.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** disse ao senhor Presidente da Câmara que quer saber agora se foi, ou não, enviada a cópia da ata da reunião de Câmara de 27 de maio de 2019 para a DGESTE, o que pediu que mandasse averiguar de imediato.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** disse que compreende as razões elencadas, relativamente ao Centro de Recolha de Animais, sendo também sensível às mesmas. Porém, teme que, se nada for feito, estarão daqui a poucos dias a decidir eventuais lesões sofridas pelas pessoas, dado que os cães atacam. Sugeriu que o canil municipal fosse aumentado rapidamente, uma vez que é um assunto de extrema importância para todos.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** partilhou, novamente, as mesmas preocupações manifestadas pelo senhor Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa, no que diz respeito à matilha de cães. Recordou que, no ano passado, na reunião de 24 de setembro de 2018, chamou a atenção do Executivo para este assunto, tendo obtido resposta de que existia um projeto de financiamento para aumento de cerca de 50% das celas para animais no canil municipal. Ora depreende que, passado quase um ano, nada foi feito e nada se estará a fazer.

Reforçou, por isso, que este assunto é grave, não se pode andar descansado pela cidade de Lamego com os cães erráticos que circulam pela mesma, sabendo, aliás, que já houve a tentativa de ataque de cães às pessoas, pelo que deve ser lidado como um assunto muito sério.

De seguida, disse que não questionou à senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha a sua opinião pessoal sobre o programa da TVI, o qual não lhe interessa. Questionou, isso sim, se há alguma razão especial para que o programa “Somos Portugal” da TVI não venha a Lamego e não seja incluído no programa das Festas de Nossa Senhora dos Remédios.

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** respondeu que também o que pensa o senhor Vereador José Correia da Silva sobre aquilo que diz não lhe interessa nada, mantendo tal e qual a resposta que deu anteriormente.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** reiterou a preocupação na resolução do assunto, relativo aos cães erráticos, frisando que muita coisa já foi feita, desde logo ao nível da sensibilização na adoção de animais, cujo nível de adoção rondou os 90 cães durante este ano.

Lembrou que os serviços do SEPNA e da GNR também têm responsabilidades quanto a esta matéria, nomeadamente ao nível de fiscalização e captura de animais perigosos na via pública. Disse que todas as sinalizações provenientes destas autoridades são tratadas de imediato pelos serviços municipais.

Apelando à intervenção das pessoas que façam queixa e, principalmente, que não alimentem estes alimentos errantes, o que atrai ainda mais animais.

Concluiu que não é verdade que nada se esteja a fazer, relativamente a esta matéria. Disse que está a ser devidamente tratado, dentro da legalidade e das limitações que existem, estando a ser equacionado o alargamento do Centro de Recolha Oficial de Lamego, porém é necessária a existência de disponibilidade financeira.

O senhor **Presidente da Câmara** referiu que os cães vadios e abandonados que deambulam na cidade de Lamego são uma preocupação coletiva e extensiva a todos, constituindo uma situação grave, para a qual é necessário encontrar soluções.

No que concerne ao programa “Somos Portugal” da TVI, referiu que o mesmo é oneroso para o Município, pelo que foi necessário definir-se prioridades, tendo-se optado por outros programas televisivos, menos dispendiosos.

Esclareceu que não há nenhum atrito, nem qualquer constrangimento entre o Município de Lamego e a TVI, que é um órgão de comunicação social respeitável, tal como os outros. Quem faz a gestão da organização das Festas tem de ter a preocupação com a realização de despesa e essa definição, o que julga ter sido feito e bem.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que é importante definir prioridades, mas quando não existe dinheiro é preciso saber gastá-lo, saber cumprir a lei da contratação pública e arranjar receitas onde são possíveis de encontrar.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** disse que não quer saber, nem questionou se existem atritos entre o Município de Lamego e a TVI.

Sublinhou que apenas está preocupado com a questão da divulgação mediática que o programa Somos Portugal fazia de Lamego e das Festas da Cidade.

Questionou, por isso, o senhor Presidente, a propósito deste assunto, quanto custa o programa da TVI.

De seguida, disse que depois da análise das atas da Comissão de Festas não viu em nenhuma delas qualquer discussão deste assunto, para que se tivesse acabado com o acolhimento deste programa televisivo ou qualquer outro que tivesse sido proposto.

Aproveitou a oportunidade para questionar o senhor Presidente da Câmara se tem havido demissões na Comissão de Festas e qual o grupo de pessoas que compõe, neste momento, a referida Comissão de Festas.

Disse que chega à conclusão, que aquilo que for a opinião da senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha, Presidente da Comissão de Festas, é a decisão para a programação das Festas, o que lamenta que assim seja, dado que existe uma Comissão de Festas criada para esse efeito, ou seja, para que as coisas sejam apreciadas e analisadas e decididas, em sede da referida Comissão de Festas.

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** disse que o assunto foi discutido em sede da Comissão de Festas, tal como acontece com todos os outros assuntos. Esclareceu que a proposta efetuada pela empresa organizadora do programa “Somos Portugal” da TVI, era para o dia 25 de agosto de 2019. Acontece que nesse dia decorrem os seguintes eventos na cidade: ZigurFest, a Concentração Motard, e Super Taça de Andebol. Disse que o programa da TVI custaria ao Município 4.500€, acrescido de IVA, para montagem de palco/estrado e cobertura do recinto, mais alimentação para sábado e domingo, num total de 400 refeições, 90 dormidas, 2 Wc's frente ao palco, etc. Ou seja, atentos os eventos que estavam a decorrer nesse dia, disse que não estariam preparados para o acolher o referido programa.

Acrescentou que foi apresentada uma segunda proposta efetuada pela entidade organizadora, a qual será analisada em sede de Comissão de Festas, tal como todos os outros assuntos.

Adiantou que até maio do corrente ano, a Comissão reuniu 23 vezes, nas quais estiveram presentes os comissários identificados nas respetivas atas, pelo que não é verdade que a Presidente da Comissão de Festas é que decide sozinha.

Afirmou que as pessoas que constituem a Comissão dão a sua opinião, participam nas decisões, e decidem o que têm a decidir, relativamente à programação e organização das Festas, uma vez que existe toda uma envolvente organizativa e muita logística a preparar, com recursos materiais e recursos humanos do município, porque para além da comissão também os trabalhadores do município também participam no desenvolvimento das Festas.

Esclareceu que, até ao momento, apenas foram apresentadas duas demissões da Comissão de Festas, do senhor António Cardoso e do senhor Afonso Lima, no final do ano passado, por motivos de não terem possibilidade de participar por não se encontrarem em Lamego e dificuldade de presença nas reuniões.

De seguinte, informou que a Comissão de Festas, atualmente, é composta pelos seguintes elementos: António Roçado, António Leite, António Garcia, Bruno Gomes, Ricardo Nóbrega e João Avelino.

O senhor **Presidente da Câmara** referiu que é preocupação de todos a promoção das Festas de Nossa Senhora dos Remédios, o que tem sido efetuado com o esforço e o

trabalho desenvolvido pela Comissão de Festas, que é público, incluindo os valores gastos com as Festas, como se verificou no ano passado e tal como será este ano.

Disse que qualquer canal televisivo é um bom meio para a promoção de Lamego, apenas se fez uma gestão de forma rigorosa, e o que tal programa da TVI implicaria uma despesa num total de cerca de 20.000€.

Afirmou que sempre que há contratação pública de serviços é efetuado o pagamento religiosamente, não obstante as dificuldades financeiras do Município. Tal é feito escrupulosamente, com respeito pela forma como se gasta e com respeito pela contratação pública, frisou. Mais sublinhou que: “Só assumimos compromissos quando os podemos cumprir”.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** esclareceu que não tem dúvidas que o assunto tenha sido discutido em sede de Comissão de Festas. Porém, uma vez que não participa das reuniões não sabe o que se lá passa, pelo que como não encontra nenhuma referência nas atas não pode adivinhar se foi falado ou não.

De seguida, e na sequência do valor calculado pelo senhor Presidente da Câmara como sendo o valor que se gastaria com o programa da TVI, disse que seria mais bem empregue do que com o evento “Portugal Lés-a-Lés”, quando o Município despendeu de 25.000€.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** proferiu a seguinte declaração: “Sr. “Presidente:

*A Lei nº 24/98 de 26 de Maio aprovou o Estatuto do Direito de Oposição.*

*Nos termos do seu artº 1º “É assegurado às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das autarquias locais de natureza representativa, nos termos da Constituição e da lei”*

*De acordo com o previsto no artº 10º desse diploma “ O Governo e os órgãos executivos das autarquias locais elaboram até ao final de Março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da presente lei.*

*Tais relatórios devem ser enviados aos titulares do direito de oposição a fim de que sobre eles se pronunciem.*

*Por fim, Os relatórios referidos são publicados no Diário da República, nos jornais oficiais de ambas as Regiões Autónomas ou no diário ou boletim municipal respetivo, conforme os casos.*

*Este é o enquadramento legal do estatuto do direito de oposição.*

*Ora, numa altura, em que a nível local, tanto se tem falado e mal tanto sem escrito sem fundamento sobre o papel da oposição neste executivo municipal, devo, em consciência e*



*em homenagem ao brocardo “de quem não se sente não é filho de boa gente” dizer o seguinte:*

*Não Sr. Presidente, não há intriga, nem chicane política, como escreveu.*

*Não Sr. Vice-Presidente, não há amuos, nem birras.*

*Como também não há estratégia do “deita abaixo” como se atreveu a escrever uma secretária da vereação nas redes sociais, tendo caracterizado desse modo a conduta dos vereadores da oposição, e feito constar que os lamecenses são prejudicados pelos atos “desses senhores”. Esqueceu-se essa senhora que as funções que desempenha, como secretária da vereação lhe impunham uma conduta de respeito pelos membros que integram o executivo municipal, porque a eles está subordinada e que estava impedida de publicamente apodar a conduta dos vereadores da forma que o fez. Exige-se-lhe pudor e reserva, porque a sua função nesta câmara não se equivale à de um qualquer comentador político. Esperemos que tal conduta não volte a repetir-se, porque como é evidente os seus comentários nas redes sociais não são inócuos, e que cada um saiba ocupar o seu lugar exercendo as funções que lhe estão cometidas.*

*Tais escritos fundamentam-se, apenas no facto de os vereadores da oposição terem decidido assumir uma conduta legítima contra a violação frontal do regimento do órgão executivo e da lei em geral.*

*Cabe, assim, evidenciar o seguinte:*

*Perante o que se passou na segunda-feira passada, dia 5 de Agosto, o então presidente do órgão recusou aceitar que se discutisse se a proposta apresentada pelo vereador, Ricardo Morgado deveria ou não ser incluída na ordem de trabalhos. Perante tal recusa, ao arrepio do que tem sido feito, foi pelo mesmo vereador interposto recurso para o plenário do órgão. Também aqui o presidente do órgão recusou submeter o recurso a apreciação do órgão, violando de forma grave o previsto no nº 2 do artº 2º do regimento.*

*Conviria aqui recordar que já não é a primeira vez que o Sr. Presidente propõe alterar a agenda da ordem de trabalhos e a oposição nunca levantou obstáculos a essa proposta, aceitando essa alteração. Lembro a proposta verbal que fez aquando da designação do representante do município no Conselho de Administração da Resinorte, para além da que incluiu na reunião de 29 de Julho sobre o concurso público de transportes.*

*Mas o assunto que se pretendia debater já há muito tempo em discussão, sendo exemplo notório o que decorre das atas de sessões públicas e que, aqui, por desnecessidade não repito. Refiro-me, como é evidente, ao encerramento dos jardins-de-infância. Aliás, é do conhecimento do Sr. Presidente que a posição maioritária do executivo municipal é contra o encerramento. Mas, mesmo sabendo disso o Sr. Presidente, ancorando-se no facto de não existir nenhuma deliberação não comunicou à DGEST essa posição maioritária. Por*

*isso, era premente, urgente e necessário, discutir e permitir que o órgão executivo deliberasse sobre essa matéria, para que aquela entidade do Ministério da Educação tomasse conhecimento da posição da Câmara Municipal. É que a decisão não é do Presidente, nem do Conselho Municipal de Educação, mas sim do órgão executivo onde o Partido Socialista não detém a maioria. E este é que é o problema. Convivem mal com o facto de estarem em minoria, mas essa foi a vontade os eleitores e, por isso, todos, mas mesmo todos, teremos de a respeitar.*

***Aqui chegados, pergunto de forma muito objetiva, para respostas também objetivas, ao Sr. Presidente o seguinte:***

*Foi ou não elaborado até 31 de Março de 2019 o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias da oposição, durante o ano de 2018? Se foi, dele não temos conhecimento, nem nele participamos, apesar de a lei nos reconhecer esse direito.*

*Se foi, em que jornal foi publicado? Ou em que número do Diário da República foi anunciado?*

*Se não foi, quais as razões que fundamentam esta violação do estatuto da oposição?*

*Face às suas respostas todos avaliarão o respeito que o executivo em funções tem pelo estatuto da oposição e o que tem ou não feito para garantir o cumprimento da lei, sempre em nome da decência e da transparência.”*

Os senhores **Vereadores José Correia da Silva, Ernesto da Silva Rodrigues e Fernando Silvério Cardoso de Sousa** associaram-se e subscreveram a declaração anteriormente proferida pelo senhor Vereador António Pinto Carreira.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** afirmou que não é verdade que na última reunião de Câmara por si dirigida se impediu a discussão sobre a inclusão do ponto. Esclareceu que apenas se impediu a sua inclusão, cumprindo os termos da lei e garantindo que todos os Vereadores tivessem o tempo que lhes é conferido na mesma lei para análise de propostas que são submetidas a votação.

O senhor **Presidente da Câmara** proferiu o seguinte: “A última reunião de Câmara, realizada no dia 5 de agosto de 2019, foi dirigida no estrito cumprimento do Regimento da Câmara Municipal. É essa a minha leitura do Regimento e foi essa a posição já manifestada na reunião de 29 de julho de 2019. A condução de trabalhos e o seu agendamento é prerrogativa única do Presidente do órgão, não podendo ser feita uma leitura do regimento que permita a qualquer um dos membros do órgão requer, na hora, a inclusão de trabalhos ou de quaisquer outros assuntos a discussão. A aplicação e a leitura do ínsito no artigo 2º do Regimento tem de ser feita em articulação com o texto de todo o Regimento e nomeadamente com o artigo 5º.

*Quanto a esta matéria e não obstante o respeito pelos juristas presentes na reunião, a leitura e interpretação do Regimento, na minha perspetiva, enquanto Presidente do Órgão, é esta, a qual foi respeitada. Tendo isso sido dito, muito claramente, a propósito da admissão para votação da proposta relativa à feira semanal, ou seja, que seria admitida a título excecional e não constituiria precedente. Nessa altura, ficou claramente definida a interpretação que o Presidente tem, relativamente à leitura do Regimento. Pelo que entendo que a postura dos senhores Vereadores foi correta ao solicitarem o agendamento de uma reunião extraordinária para a discussão da matéria em causa.*

*Lembro que quando foram admitidos assuntos para serem discutidos na ordem do dia o foram sempre com a posição unânime de todos os Vereadores.*

*Não foi elaborado nenhum relatório a propósito da observância do Estatuto do Direito da Oposição, o que darei melhor atenção ao cumprimento dessa lei. Sendo certo que essa matéria foi objeto de análise pelo Auditor Interno, no seu relatório anual.*

*Registo toda a colaboração dos Vereadores em cada um dos assuntos na votação dos mesmos, votando em consciência.*

*Quanto às posturas dos membros de apoio aos órgãos, os atos ficam com quem os pratica, no entanto, fará chegar a declaração do senhor Vereador António Pinto Carreira a todos os membros do staff, para que cada um faça a leitura que entender adequada. Todos nós temos de coadunar aquilo que é a nossa posição política, enquanto titulares ou em funções num órgão, e aquilo que é a nossa postura enquanto cidadãos.*

*Lembro aos senhores Vereadores que a responsabilidade da gestão do Município é da Câmara Municipal. Ao Presidente da Câmara incumbe os poderes que lhe estão estritamente definidos na lei e alguns que foram delegados por este órgão, os quais procuro exercer com toda a lealdade, transparência e com toda a correção, sempre em prol de Lamego e dos Lamecenses.”*

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que o que acabou de ouvir, apenas se trata da opinião do senhor Presidente da Câmara, pois existem outras interpretações e outro entendimento. Disse ainda que o que esteve em causa foi a não-aceitação de um recurso ao plenário, pelo que não lhe parece que o Regimento tenha sido cumprido.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que não tem a ver com o ponto que se pretendia introduzir terá a ver com outras coisas. Disse que se falou muito bem em direitos da oposição, mas olvidou em falar em deveres da oposição. E deveres da oposição são votar os assuntos que estão agendados para a reunião de Câmara. Por isso, disse que não pode deixar passar em claro, a postura que foi tomada por toda a oposição, em forma de coligação, de abandono da reunião, inviabilizando a discussão e aprovação de pontos

que estavam agendadas e que são dos interesses legítimos dos lamecenses e que exigiam que a Câmara deliberasse sobre os mesmos.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** afirmou que pessoalmente não recebe lições de direitos, nem de deveres, do senhor Vice-Presidente da Câmara, nem de ninguém e não lhe reconhece nenhuma moral para lhe dar tais lições.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que também não recebe lições de educação, nem de seriedade do senhor Vereador José Correia da Silva.

O senhor **Presidente da Câmara** sublinhou que o Regimento da Câmara só tem uma interpretação, tal como acontece com qualquer outra lei, que é aquela que se adequa com o fim que a lei se destina.

#### DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO – CÓD. DAC | 02

• Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais – CÓD. DAC 02| GAOM 01

#### **01-ASSUNTO:** ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE JULHO DE 2019 (COD. 03)

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no dia 29 de julho de 2019, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

**Deliberação:** Aprovada, por maioria, com três abstenções dos senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e Fernando Silvério Cardoso de Sousa, por não terem participado na referida reunião.

#### **02-ASSUNTO:** ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 5 DE AGOSTO DE 2019 (COD. 03)

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no dia 5 de agosto de 2019, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

**Deliberação:** Aprovada, por maioria, com duas abstenções do senhor Presidente da Câmara e do senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, por não terem participado na referida reunião.

#### **03-ASSUNTO:** CONCURSO PUBLICO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS – RECLAMAÇÃO DE MINUTA DO CONTRATO, LOTE I (COD 56.A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 737/56.A/2019, do senhor Presidente da Câmara Municipal, com o fundamento da análise da DFP/Aprovisionamento anexa à comunicação de serviço n.º 45/DFP, de 21.07.2019, e na informação n.º 5623, de 01.08.2019, propõe à Câmara Municipal que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 102.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, rejeite a reclamação da minuta do contrato, para o Lote I, apresentada pela adjudicatária/reclamante Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., após o que, nos termos do disposto no n.º 2 do mesmo artigo, deverá tal deliberação/decisão ser-lhe notificada.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

#### **04-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)**

##### **ARGUIDO: BARGAN BANDARICA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 708/17/2019, do senhor Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que a Polícia de Segurança Pública de Lamego remeteu a esta Câmara Municipal, um auto de notícia por contraordenação, no qual relata que no dia 04/07/2019, na sequência de um patrulhamento, no parque de estacionamento do Pavilhão Multiusos, verificou que o infrator Bargan Bandarica se encontrava a exercer a atividade de arrumador de automóveis, sem possuir qualquer licença para poder exercer a atividade, infringindo assim o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 30.º do Regulamento sobre o exercício e fiscalização das Atividades Diversas sujeitas a licenciamento municipal.

Tais factos são passíveis de constituir infração ao disposto no artigo 14º do Decreto-Lei nº 310/20012, de 18 de dezembro, e pela alínea b) do n.º 3 do artigo 35.º do artigo 16.º da lei 75/13, de 12 de setembro, constituindo contraordenação punível pelo nº 1 do artigo 47º do Decreto-Lei n.º 204/12, de 29 de agosto, eventualmente praticada por Bargan Bandarica.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação contra Bargan Bandarica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

#### **DIVISÃO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS – CÓD. DASU | 05**

#### **05-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

##### **REQUERENTE: ANTONIO JOSÉ DA COSTA MONTEIRO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 709/01/2019 do senhor Presidente da Câmara, referindo que o senhor António José da Costa Monteiro solicitou, ao abrigo do n.º

1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de António José da Costa Monteiro, cliente n.º 19466, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**06-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE: JOSÉ FREITAS PEREIRA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 710/01/2019 do senhor Presidente da Câmara, referindo que o senhor José Freitas Pereira solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de José Freitas Pereira, cliente n.º 1681, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**07-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE: ANÍBAL DO CARMO FERNANDES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 711/01/2019 do senhor Presidente da Câmara, referindo que o senhor Aníbal do Carmo Fernandes solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de Aníbal do Carmo Fernandes, cliente n.º 18964, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**08-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)****REQUERENTE: JOSÉ MANUEL PEREIRA DA FONSECA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 712/01/2019 do senhor Presidente da Câmara, referindo que o senhor José Manuel Pereira da Fonseca solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de José Manuel Pereira da Fonseca, cliente n.º 23752, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**09-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)****REQUERENTE: JOAQUIM ASSUNÇÃO SANTOS**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 713/01/2019 do senhor Presidente da Câmara, referindo que o senhor Joaquim Assunção Santos solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de Joaquim Assunção Santos, cliente n.º 6455, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**10-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)****REQUERENTE: ABÍLIO DE ALMEIDA SILVA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 714/01/2019 do senhor Presidente da Câmara, referindo que o senhor Abílio de Almeida Silva solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo

1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de Abílio de Almeida Silva, cliente n.º 28343, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**11-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE: GUIDA PINTO SOARES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 715/01/2019 do senhor Presidente da Câmara, referindo que a senhora Guida Pinto Soares solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de Guida Pinto Soares, cliente n.º 18835, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**12-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE: FERNANDA MARIA RODRIGUES COSTA FERNANDES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 716/01/2019 do senhor Presidente da Câmara, referindo que a senhora Fernanda Maria Rodrigues Costa Fernandes solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de Fernanda Maria Rodrigues Costa Fernandes, cliente n.º 18316, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.



**13-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)****REQUERENTE: AURORA DE JESUS GONÇALVES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 717/01/2019 do senhor Presidente da Câmara, referindo que a senhora Aurora de Jesus Gonçalves solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de Aurora de Jesus Gonçalves, cliente n.º 7591, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**14-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)****REQUERENTE: ANTÓNIO JOSÉ PINHEIRO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 718/01/2019 do senhor Presidente da Câmara, referindo que a senhora Aurora de Jesus Gonçalves solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de António José Pinheiro, cliente n.º 7591, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**15-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)****REQUERENTE: SUSANA MARIA FERREIRA PINTO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 719/01/2019 do senhor Presidente da Câmara, referindo que a senhora Susana Maria Ferreira Pinto solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere

que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de Susana Maria Ferreira Pinto, cliente n.º 19018, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**16-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE: ACÁCIO LINO FERREIRA RODRIGUES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 721/01/2019 do senhor Presidente da Câmara, referindo que o senhor Acácio Lino Ferreira Rodrigues solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de Acácio Lino Ferreira Rodrigues, cliente n.º 28613, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**17-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE: JOAQUIM FERNANDES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 722/01/2019 do senhor Presidente da Câmara, referindo que a senhora Acácio Rodrigues solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de Joaquim Fernandes, cliente n.º 4129, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**18-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE: MARIA LUDOVINA ARAÚJO ALMEIDA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 723/01/2019 do senhor Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria Ludovina Araújo Almeida solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de Maria Ludovina Araújo Almeida, cliente n.º 15878, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**19-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)****REQUERENTE: MARIA CÂNDIDA PINTO RODRIGUES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 724/01/2019 do senhor Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria Cândida Pinto Rodrigues solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de Maria Cândida Pinto Rodrigues, cliente n.º 27792, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**20-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)****REQUERENTE: JOAQUIM FERNANDO SAAVEDRA MOREIRA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 725/01/2019 do senhor Presidente da Câmara, referindo que a senhora Acácio Rodrigues solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara

Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de Joaquim Fernando Saavedra Moreira, cliente n.º 12464, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**21-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** CÂNDIDA MARIA JESUS OLIVEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 726/01/2019 do senhor Presidente da Câmara, referindo que a senhora Cândida Maria Jesus Oliveira solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de Cândida Maria Jesus Oliveira, cliente n.º 8438, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**22-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** LICÍNIA MARIA FERNANDES PINTO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 764/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Licínia Maria Fernandes Pinto solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de Licínia Maria Fernandes Pinto, cliente n.º 12322, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**23-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** MARIA CLAUDINA SILVA GOMES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 765/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria Claudina Silva Gomes solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de Maria Claudina Silva Gomes, cliente n.º 26720, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**24-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE: MARIA OLGA RODRIGUES GONÇALVES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 766/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria Olga Rodrigues Gonçalves solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de Maria Olga Rodrigues Gonçalves, cliente n.º 28795, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**25-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**

**REQUERENTE: MARIA ADELAIDE XAVIER DA FONSECA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 767/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria Adelaide Xavier da Fonseca solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à

Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de Maria Adelaide Xavier da Fonseca, cliente n.º 16222, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**26-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** ALZIRA DE ALMEIDA CARDOSO RIBEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 768/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Alzira de Almeida Cardoso Ribeiro solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de Alzira de Almeida Cardoso Ribeiro, cliente n.º 19595, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**27-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

**REQUERENTE:** ANTÓNIO PEREIRA RODRIGUES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 769/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor António Pereira Rodrigues solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água de António Pereira Rodrigues, cliente n.º 5154, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**28-ASSUNTO:** PEDIDO DE ADESÃO AO TARIFÁRIO SOCIAL DOS CONSUMOS DE ÁGUA – INDEFERIMENTO (COD 01)

**REQUERENTE:** REGINA REGO OLIVEIRA FERREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 770/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que refere que Regina Rego Oliveira Ferreira, cliente n.º 14955, titular do contrato de fornecimento de água da instalação predial sita na freguesia de Lamego, não se pronunciou para os efeitos do artigo 122.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), em resposta ao ofício n.º 1105, de 21/06/2019, sobre o sentido de indeferimento do seu pedido de renovação da adesão ao tarifário social dos consumos de água.

Assim, propõe ao Executivo Municipal se digne deliberar o indeferimento definitivo do referido pedido.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, o indeferimento definitivo da pretensão da requerente, conforme proposto.

**29-ASSUNTO: CORREÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD 01)**

**CONSUMIDOR: OBRA KOLPING DE PORTUGAL**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 727/01/2019, do senhor Presidente da Câmara Municipal, a qual com fundamento na informação n.º 5070/DASU, de 10 de julho de 2019, propõe à Câmara que seja autorizada a retificação das faturas n.º 58969, de maio/19, em função do consumo médio apurado entre as duas últimas leituras reais efetuadas pela Entidade Gestora (Art.52º/a) do Regulamento de Águas) e que refletem a média mensal deste consumidor.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**30-ASSUNTO: CORREÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD 01)**

**CONSUMIDOR: JOAQUIM RODRIGUES MARTINS**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 728/01/2019, do senhor Presidente da Câmara Municipal, a qual com fundamento na informação n.º 5533/DASU, de 29 de julho de 2019, propõe à Câmara que seja autorizada a retificação da fatura n.º 64977, de maio/19, pela tarifa de perdas de água, prevista no n.º 6 do artigo 40º do Regulamento de Águas do Município de Lamego.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**31-ASSUNTO: CORREÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD 01)**

**CONSUMIDOR: LUCIANA MARIA PEREIRA CARDOSO RODRIGUES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 729/01/2019, do senhor Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 4754/DASU, de 2 de julho de 2019, propõe à Câmara que seja autorizada deliberar a audiência prévia de Luciana Maria Pereira Cardoso Rodrigues, cliente n.º 21044, titular do contrato de fornecimento de água

da instalação predial sita no Lugar do Paraíso, Galvã, nos termos do artigo 121º do C.P.A., para que, por escrito, se pronuncie sobre o projeto de decisão de indeferimento do seu pedido de aplicação da tarifa de perdas ao consumo apresentado na fatura de água n.º 64173, de maio/19.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**32-ASSUNTO:** PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS POR SERVIÇO NÃO PRESTADO (DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS **(COD 01)**)

**CONSUMIDOR:** PAULO MANUEL FONSECA MOREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 720/01/2019, do senhor Presidente da Câmara Municipal, a qual com fundamento na informação n.º 4088/DASU, de 07 de junho de 2019, propõe à Câmara que seja autorizada a devolução do montante de 248,79€, relativa à cobrança das componentes fixas e variáveis, de serviços não prestados de drenagem de águas residuais, faturadas a Paulo Manuel Fonseca Moreira, titular da instalação predial/cliente n.º 15871/16620, sita na Rua de Santo António, n.º 805, Canelas, freguesia de Ferreiros de Avões.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**33-ASSUNTO:** PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL FAMILIAR **(COD 01)**

**REQUERENTE:** ANTÓNIO JOSÉ TEIXEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 730/01/2019 do senhor Presidente da Câmara, a qual com fundamento na informação n.º 5175/DASU, de 15 de julho de 2019, propõe à Câmara que delibere a aplicação do tarifário especial familiar aos consumos de água de António José Teixeira, cliente n.º 5853, titular do respetivo contrato da prestação de serviços de fornecimento de água, de drenagem de águas residuais e da gestão de resíduos sólidos urbanos, da instalação predial sita na Praceta das Oliveiras, Bloco n.º 4 - 1º direito, em Lamego.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**34-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE SANTA BÁRBARA E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - RATIFICAÇÃO **(COD 51)**

**REQUERENTE:** ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMISSÃO DE FESTAS DE SANTA BARBARA - BRITIANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 731/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja ratificado o seu despacho, datado de 7



de agosto de 2019, no qual autorizou a licença para realização da Festa em Honra de Santa Bárbara, que decorreram nos dias 8 a 12 de agosto de 2019, na freguesia de Britiande.

Mais propõe que a Câmara delibere a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido pelo senhor Vice-Presidente da Câmara.

Mais deliberou, isentar a requerente do pagamento das respetivas taxas.

**35-ASSUNTO: LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - RATIFICAÇÃO (COD 51)**

**REQUERENTE: LALIM EM FESTA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 732/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja ratificado o seu despacho, datado de 7 de agosto de 2019, no qual autorizou a licença para realização da Festa em Honra de Nossa Senhora da Piedade, que decorrem nos dias 12 a 20 de agosto de 2019, na freguesia de Lalim.

Mais propõe que a Câmara delibere a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido pelo senhor Vice-Presidente da Câmara.

Mais deliberou, isentar a requerente do pagamento das respetivas taxas.

**36-ASSUNTO: LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE SANTA BÁRBARA E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (COD 51)**

**REQUERENTE: FREGUESIA DE LAZARIM**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 771/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização da Festa em Honra de Santa Bárbara, que decorrerão nos dias 16 a 26 de agosto de 2019, na freguesia de Lazarim, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**37-ASSUNTO: LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DA FESTIVIDADE ZIGURFEST 2019 E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (COD 51)**

**REQUERENTE: ZIGUR ASSOCIAÇÃO CULTURAL**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 772/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização da

Festa em Honra de Santa Bárbara, que decorrerão nos dias 21 a 24 de agosto de 2019, em Lamego, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**38-ASSUNTO:** LICENÇA PARA ATIVIDADES RUIDOSAS E AUTORIZAÇÃO PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NO ÂMBITO DAS FESTAS DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO (**COD 51**)

**REQUERENTE:** PIROTECNIA MINHOTA, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 773/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para atividades ruidosas e autorização para lançamento de fogo-de-artifício, no âmbito das Festas de Nossa Senhora do Socorro do Peso da Régua, que decorrerão nos dias 15 e 16 de agosto de 2019, no Cais de Porto Comercial de Cambres.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**39-ASSUNTO:** REGULAMENTAÇÃO DO TRÂNSITO NO ACESSO AO CAIS DE CAMBRES NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DAS FESTAS SRA. SOCORRO (**COD 51**)

**REQUERENTE:** PIROTECNIA MINHOTA, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 774/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, no uso da competência que lhe confere artigo 8º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, e a alínea rr) do nº1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que autorize o corte e proibição de circulação de viaturas e pessoas e interdite o estacionamento, no acesso ao cais de Porto Comercial de Cambres, freguesia de Cambres, das 08h00 às 02h00 do dia 15 ao dia 16 de agosto, inserido nas Festas de Nossa Senhora do Socorro, no Peso da Régua 2019.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**40-ASSUNTO:** REGULAMENTAÇÃO DO TRÂNSITO NA FREGUESIA DE CAMBRES DURANTE O PERÍODO DAS FESTAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD 62**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 733/62/2019 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 5329/DASU, de 22.07.2019, propondo à Câmara Municipal, no uso da competência que lhe confere Art.8º do Dec. Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de Março, que ratifique o seu despacho onde autorizei o corte de trânsito e estacionamentos, de 25 a 29 de julho de 2019, para a realização das festas em Honra de N. Sr. D'Aflição, na freguesia de Cambres.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**41-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CEPÕES, MEIJINHOS E MELCÕES (COD 62)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 734/62/2019 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 5503/DASU, de 26.07.2019, propondo à Câmara Municipal que, ao abrigo dos nos 1 e 2 do artigo 6º do Dec. Lei 44/2005, de 23 de Fevereiro, aprove a colocação da seguinte sinalização vertical no lugar de Cepões, União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões:

- Colocação, nos dois sentidos de trânsito, de dois sinais verticais de Animais na via (A19a), na rua dos Trigais;
- Colocação de um sinal vertical de proibição de exceder a velocidade máxima de 30km/h (C13), no cruzamento da Lanhosa com a rua dos Trigais, a colocar no mesmo prumo do sinal A19a.

A sinalização vertical anteriormente referida está regulamentada pelo (Dec. Regulamentar 22-A/98, de 01/10 e alterado pelo Dec. Regulamentar n.º 41/2002, de 20/08).

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**42-ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS DE PASSAGEIROS DO CONCELHO DE LAMEGO – ADJUDICAÇÃO E MINUTA DO CONTRATO (COD 62)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 775/62/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, de acordo com o conteúdo do “Relatório de Apreciação de Proposta/ Relatório Final”, elaborado pelo júri do concurso público, realizado nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e dos artigos 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo DL n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, cujo anúncio foi publicado no n.º 139 da II.ª série do Diário da República, no dia 23 de julho de 2019:

1. Aprovar a proposta contida no relatório final do júri, com os fundamentos ali constantes.
2. Adjudicar a “Prestação de Serviços para a realização dos Transportes Públicos de Passageiros do Concelho de Lamego”, à entidade “Transdev Interior, S.A.” pelo valor de 175.000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor que à data é de 6%.
3. Aprovar, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a minuta do contrato, que se encontra anexa à presente proposta.
4. Notificar os adjudicatários para, nos termos do artigo 77.º do CCP, apresentarem os documentos de habilitação.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** começou por referir que não foi aceite a sua sugestão, aquando da discussão deste assunto, da possibilidade de adjudicação pela divisão em lotes, o que veio a redundar num concurso exatamente igual ao valor base, lembrando o senhor Presidente da Câmara que este é um bom exemplo de como se podia poupar dinheiro.

Disse que este concurso apesar de ser um concurso público não foi submetido à lei da concorrência, nem criadas as condições para que assim fosse, o que seria se tivesse sido aceite a sua sugestão da divisão em lotes, o que não aconteceu.

Afirmou que, do seu ponto de vista, está perante um concurso que não é correto, pelo que votará contra esta proposta, reforçando que seria uma boa oportunidade de se poder ganhar dinheiro, uma vez que, quando uma câmara não tem dinheiro, nem fundos disponíveis e não aproveita as oportunidades para o poder fazer, depois não há muita justificação para se vir falar em definição de prioridades em relação aos gastos.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** afirmou que, pelas razões aduzidas pelo senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues e em coerência com a sua posição anteriormente assumida aquando da discussão deste assunto, também irá votar contra esta proposta, tendo proferido a seguinte declaração: *“Tal como foi decidido pelo Tribunal de Contas no Acórdão nº 19/2019, em recurso jurisdicional sobre recusa de visto do contrato de transportes para o ano letivo 2018/2019, nomeadamente no que está contido no números 44, 45, 49 e 51, a proposta de deliberação que hoje nos é presente para deliberação final e adjudicação é nula, na medida em que, para assegurar a sua validade, faltou que a mesma estivesse fundamentada por procedimento administrativo prévio. Faltando tal procedimento não se cumprem as exigências estabelecidas nos artigos 23.º e 24.º da Lei nº 55/2015 de 9 de Junho, que aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), 4.º, n.º 1, alínea b), 6.º, n.º 1, e anexo do Regulamento (CE) n.º 1370/2007.*

*Na verdade, o artigo 23.º do RJSPTP, com a epígrafe “obrigações de serviço público”, estabelece que as autoridades de transportes competentes podem impor obrigações de serviço público ao operador de serviço público as quais devem ser formuladas de forma expressa e detalhada, por referência a elementos específicos, objetivos e quantificáveis, o que não acontece no caso, ou, pelo menos não existem evidências de tal ter acontecido. Por estas razões o meu voto é contra.”*

O senhor **Vereador José Correia da Silva** declarou que subscreve a declaração anteriormente proferida pelo senhor Vereador António Pinto Carreira, adiantando que também irá votar contra esta proposta.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** afirmou que este concurso público destina-se à contratação da prestação de serviços de transportes públicos no Município de Lamego intramunicipais, até ao dia 3 de dezembro de 2019, data em que terá de estar em vigor um novo regime jurídico de transportes públicos de passageiros e para o qual irá ser lançado um novo concurso público dividido em lotes.

Esclareceu que existem dois tipos de serviços de transportes públicos que vão ser prestados no Município de Lamego e que hoje são feitos que são: os transportes públicos intramunicipais e os transportes urbanos. Disse que será neste ponto que o senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues se terá equivocado quando sugeriu a divisão em lotes, exatamente separando aquilo que são transportes urbanos daquilo que são transportes públicos.

Referiu que não percebe que se diga que não foi sujeito à concorrência, uma vez que não há nada mais claro do que sujeitar um serviço a um concurso público, o que foi feito, onde todas as empresas poderiam concorrer.

Lembrou que este concurso diz respeito apenas e tão só à prestação de serviços de transportes públicos em carreiras regulares, que o município de Lamego tem obrigação de fazer e que, neste caso, está a contratar a prestação de serviços a uma empresa da especialidade.

Disse que este concurso nada tem a ver com transportes escolares, o que será outro assunto, apenas se trata de carreiras regulares sobre as quais os alunos também circularão.

Apelou, por isso, aos senhores Vereadores que aprovassem esta proposta de adjudicação.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que não se equivocou, apenas disse que este concurso deveria ser dividido em lotes, e não encontra nada na lei que diga o contrário. Disse, ainda, que na sua intervenção não falou em transportes escolares.

Reiterou que neste concurso não foi respeitado o princípio da concorrência, porque não foi prevista a divisão em lotes, como de resto a lei obriga a que seja feito, dando a possibilidade às empresas locais de puderem apresentar propostas aos diversos lotes.

O senhor **Presidente da Câmara** sublinhou que é a primeira vez que no Município de Lamego se coloca a concurso público a contratação da prestação de serviços de transportes públicos no Município de Lamego.

Disse que, com este serviço, se visa prestar nas populações de todas as freguesias o transporte das suas localidades para o centro urbano ou entre as diferentes localidades.

Referiu que foi cumprido aquilo que são as recomendações do Tribunal de Contas quanto a esta matéria, ou seja, foi entregue ao mercado a definição desta contratação e que está limitada temporalmente, por força do quadro legislativo.

Quanto à discussão se os circuitos a realizar deveriam ser, ou não, dividido em lotes, ou ser adjudicados individualmente, disse que, de modo algum, se pode retirar a conclusão que com a colocação de todos os circuitos num único lote o município fica prejudicado. O contrário é que seria verdade já que haveriam circuitos que não teriam interessados em os realizar por falta de público. Portanto o que se entendeu é que deveriam ser colocados todos os circuitos num só lote.

Frisou que, só uma empresa transportadora que tenha capacidade para prestar esse serviço, no seu todo, oferece garantias de idoneidade e de responsabilidade.

Entende que, com esta decisão de adjudicar, permite que, a partir do dia 1 de setembro de 2019, esteja garantido o transporte de todos os lamecenses entre localidades de origem e a sede do município.

Reiterou que este processo decorreu com toda a transparência, sendo que a proposta e o relatório final do júri são idôneos e merecem toda a consideração.

Tendo em conta estes considerandos, apelou aos senhores Vereadores que aprovassem esta proposta.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues**, na sequência das palavras que o senhor Presidente acabou de proferir, quando disse que o município não retiraria daqui vantagens, aconselhou-o a ler a 111ª Alteração do C.C.P., nomeadamente o preâmbulo, que verá que a filosofia do legislador é exatamente ao contrário do que acabou de dizer.

De seguida, disse que, ao não haver divisão em lotes, não houve o respeito pela lei da concorrência.

Reiterou que a lei obriga à divisão em lotes, pelo que, a seu ver, este concurso redundará em prejuízo para o Município de Lamego, frisando que não alinha em coisas orientadas e cadernos de encargos orientados, o que não lhe parece que tenha acontecido.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** adiantou que vai votar favoravelmente esta proposta, porém e uma vez que acabou de ouvir do Sr. Vereador que o antecedeu falar em “cadernos de encargos orientados”, gostaria que, quem o proferiu tal afirmação, explicasse o que quis dizer uma vez que faz insinuações de extrema gravidade relativamente ao concurso público em apreço.

O senhor **Presidente da Câmara** repudiou as afirmações proferidas pelo senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, frisando que não há cadernos de encargos orientados, bem como este concurso não está destinado para ninguém em particular, como se poderia deduzir da intervenção que acabou de proferir o senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues.

Reiterou que este procedimento respeita escrupulosamente a legislação, nomeadamente o Código de Contratação Pública, não está orientado para nenhum agente económico em particular, nem tão pouco para nenhum mercado, como não poderia deixar de ser.

Lembrou que o júri é soberano, é isento e é idóneo e merece toda a consideração, pelo que admitir as afirmações desta natureza seria por em causa estas qualidades do júri.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** afirmou que o senhor Presidente da Câmara percebeu muito bem aquilo que disse.

O senhor **Presidente da Câmara** reiterou as declarações que acabou de proferir.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada, por maioria, nos precisos termos propostos, com quatro votos a favor, do Presidente da Câmara, dos Vereadores do PS, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e Ana Catarina Graça da Rocha e do Vereador do PSD, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, com três votos contra, do Vereador do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego” António Pinto Carreira e José Correia da Silva.

#### DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO - CÓD. DOU |05

Obras Particulares – CÓD. DOU 05 | OP 01

#### **43-ASSUNTO:** CIRCUITO PEDONAL-RELÓGIO DO SOL/ACESSO AO CENTRO URBANOA - PROJETO DE EXECUÇÃO E PEÇAS DO PROCEDIMENTO (**COD 41**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 735/41/2019 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 5574/DOU, de 31 de julho de 2019, propondo à Câmara Municipal que aprove o projeto de execução da empreitada em apreço e que autorize a abertura do procedimento concursal nos termos da alínea b) do artigo 19º do CCP, na sua atual redação, cujo valor base são 476.300,00€ (quatrocentos e setenta e seis mil e trezentos euros) acrescido do Iva à taxa legal em vigor.

Mais propõe que sejam aprovadas as peças concursais, nomeadamente o caderno de encargos, o programa de concurso e o plano de prevenção e gestão de resíduos e o que neles está contido, tais como a constituição do júri e o gestor do contrato.

**Deliberação:** Transita para a próxima reunião.

#### **44-ASSUNTO:** DEVOLUÇÃO DE TAXA URBANÍSTICA COBRADA INDEVIDAMENTE NO ÂMBITO DO PROCESSO N.º 179/17 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** ADÉLIA SILVA ALMEIDA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 736/42/2019 do senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:

*“Considerando que,*

*Resulta da factualidade exarada na informação n.º 5696/18, houve lugar a um pagamento indevido da requerente Adélia Silva Almeida, relativamente à taxa urbanística do processo n.º 179/17, no montante de 1.335,55€;*

*Desse lapso, a requerente solicitou em 09/08/2018, através de requerimento, a respetiva devolução, acrescentando ter também já pago a taxa urbanística do processo que lhe pertence, ou seja, processo n.º 549/17 no montante de 728,21€ (guia n.º 3/7307/7217);*

*Das informações de serviço constantes do processo, é assumido o lapso de troca de processos e, de acordo com parecer jurídico emitida através da informação n.º 5696/2018, datada de 2018/08/28, deverá ser devolvida a requerente o valor indevidamente cobrado na guia de recebimento n.º 3/690/6772.*

*Assim,*

*Tratando-se de uma anulação de receita, o artigo 36.º do Regulamento do Sistema de Controlo Interno do Município de Lamego (RSCIML), refere o seguinte: “As guias de recebimento podem ser inutilizadas com devida fundamentação. Atendendo ao princípio da segregação das funções, não devem ser os serviços emissores a anular as guias de recebimento que emitem. Tal função cabe à DFP, mediante informação dos respectivos serviços.” e “A anulação da receita é da responsabilidade da Câmara Municipal, proposta devidamente fundamentada do seu Presidente com base em informação da Secção Administrativa da Divisão Administrativa e de Coordenação (Execuções Fiscais) ou, quando não aplicável, do responsável pelo serviço emissor da receita a anular. A guia de anulação da receita é emitida na DFP, sendo conferida e posteriormente arquivada.*

*Face ao exposto,*

*Proponho que a Câmara Municipal, delibere anular a guia de recebimento n.º 3/690/6772 e devolver o montante de 1.335,55€ (mil e trezentos e trinta e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos) a requerente, Adélia Silva Almeida.”*

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

#### **45-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 305/18 (COD. 42)**

**REQUERENTE:** TIAGO JOEL DA CONCEIÇÃO FAUSTINO

**LOCAL DA OBRA:** VILA MEÃ – FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 738/42/2019 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1686/DOU, de 30/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 31/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de reconstrução de habitação, com os condicionalismos referidos.



Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**46-ASSUNTO:** LEGALIZAÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 590/18 (COD. 42)

**REQUERENTE:** JAIME DE FREITAS CORREIA

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA CALÇADA – VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 739/42/2019 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1645/DOU, de 25/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 26/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de construção de habitação (legalização), com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**47-ASSUNTO:** LEGALIZAÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 209/18 (COD. 42)

**REQUERENTE:** MARIA DO CARMO DE ALMEIDA E SILVA PEREIRA

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA LAMEIRA E REGUENGA, MEDELO – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 740/42/2019 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1650/DOU, de 25/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 26/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**48-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO COLETIVA – PROC. 209/19 (COD. 42)

**REQUERENTE:** JOSÉ DA SILVA & RIBEIRO DOS SANTOS, LDA.

**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DE S. JOÃO, LOTE 9 – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 741/42/2019 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1694/DOU, de 30/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 31/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**49-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE UMA ADEGA E ESTRUTURA DE APOIO À PRODUÇÃO DO VINHO – PROC. 35/15 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** DF SEQUEIRA, LDA.

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA TAPADA – VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 742/42/2019 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1648/DOU, de 25/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 30/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos, nomeadamente deverá o requerente apresentar os elementos descritos e pedidos pelas entidades DRCN e APA, antes de ser emitido o alvará de construção.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**50-ASSUNTO:** RECONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A TURISMO EM ESPAÇO RURAL – PROC. 320/18 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** SOCIEDADE AGRÍCOLA VALE DOS POMBEIROS, LDA.

**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DE SANTA BÁRBARA – VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 743/42/2019 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1593/DOU, de 16/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 17/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura (alterações), referenciado em epígrafe.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**51-ASSUNTO:** RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 518/16 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** HELENA MARIA CARVALHO SILVA BENTO

**LOCAL DA OBRA:** RUA DA SEARA – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 744/42/2019 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1568/DOU, de 11/07/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 15/07/2019, propondo que a Câmara Municipal, atendendo ao facto de as obras terem sido iniciadas clandestinamente, o indeferimento do pedido de redução de taxas, devendo promover-se audiência prévia do interessado, nos termos do artigo 121.º do C.P.A..

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, conforme proposto.

**52-ASSUNTO:** QUEIXA RELATIVA AO MAU ESTADO DO TELHADO – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO – PROC. 212/19 (**COD 42**)

**QUEIXOSA:** MARIA DO CÉU PINTO GOMES

**REQUERENTE:** MARIA DE JESUS RIBEIRO

**LOCAL:** AV. EGAS MONIZ – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 745/42/2019, do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, para os efeitos previstos no artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16, de dezembro, que delibere a homologação do auto de vistoria n.º 39, de 24/07/2019, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo VII – conclusão, do citado Auto de Vistoria.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**53-ASSUNTO:** ELEVADOR INSTALADO NO EDIFÍCIO DA BOA PASSAGEM – PROC. 617/13 (**COD 42**)

**LOCAL:** QUINTA DOS PRADOS, BLOCO A1 - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 746/42/2019 do senhor Presidente da Câmara, que surge na sequência da informação n.º 1688/DOU, de 30/07/2019 e do parecer do Chefe da DOU, de 31/07/2019, que refere que o requerente não deu cumprimento à notificação efetuada em 12/04/2019, para que solicitasse a inspeção do elevador.

Assim, podendo estar em causa as condições de segurança dos utilizadores do elevador, propõe à Câmara Municipal que delibere que se proceda à selagem do elevador, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 11º do decreto-lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**54-ASSUNTO:** ELEVADOR INSTALADO NO EDIFÍCIO DA BOA PASSAGEM – PROC. 618/13 (**COD 42**)

**LOCAL:** QUINTA DOS PRADOS, BLOCO A2 - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 747/42/2019 do senhor Presidente da Câmara, que surge na sequência da informação n.º 1690/DOU, de 30/07/2019 e do parecer do Chefe da DOU, de 31/07/2019, que refere que o requerente não deu cumprimento à notificação efetuada em 12/04/2019, para que solicitasse a inspeção do elevador.

Assim, podendo estar em causa as condições de segurança dos utilizadores do elevador, propõe à Câmara Municipal que delibere que se proceda à selagem do elevador, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 11º do decreto-lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**55-ASSUNTO:** ELEVADOR INSTALADO NO EDIFÍCIO DA BOA PASSAGEM – PROC. 619/13 (COD 42)

**LOCAL:** QUINTA DOS PRADOS, BLOCO B1 - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 748/42/2019 do senhor Presidente da Câmara, que surge na sequência da informação n.º 1689/DOU, de 30/07/2019 e do parecer do Chefe da DOU, de 31/07/2019, que refere que o requerente não deu cumprimento à notificação efetuada em 12/04/2019, para que solicitasse a inspeção do elevador.

Assim, podendo estar em causa as condições de segurança dos utilizadores do elevador, propõe à Câmara Municipal que delibere que se proceda à selagem do elevador, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 11º do decreto-lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**56-ASSUNTO:** ELEVADOR INSTALADO NO EDIFÍCIO DA BOA PASSAGEM – PROC. 620/13 (COD 42)

**LOCAL:** QUINTA DOS PRADOS, BLOCO B2 - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 749/42/2019 do senhor Presidente da Câmara, que surge na sequência da informação n.º 1684/DOU, de 30/07/2019 e do parecer do Chefe da DOU, de 31/07/2019, que refere que o requerente não deu cumprimento à notificação efetuada em 12/04/2019, para que solicitasse a inspeção do elevador.

Assim, podendo estar em causa as condições de segurança dos utilizadores do elevador, propõe à Câmara Municipal que delibere que se proceda à selagem do elevador, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 11º do decreto-lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**57-ASSUNTO:** ELEVADOR INSTALADO NO EDIFÍCIO DA BOA PASSAGEM – PROC. 621/13 (COD 42)

**LOCAL:** QUINTA DOS PRADOS, BLOCO B3 - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 750/42/2019 do senhor Presidente da Câmara, que surge na sequência da informação n.º 1687/DOU, de 30/07/2019 e do

parecer do Chefe da DOU, de 31/07/2019, que refere que o requerente não deu cumprimento à notificação efetuada em 12/04/2019, para que solicitasse a inspeção do elevador.

Assim, podendo estar em causa as condições de segurança dos utilizadores do elevador, propõe à Câmara Municipal que delibere que se proceda à selagem do elevador, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 11º do decreto-lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**58-ASSUNTO:** CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROC. 113/19 (COD 42)

**REQUERENTE:** CARLOS MANUEL BRITO MARQUES

**LOCAL:** RIO LARGO, MEDELO - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 751/42/2019 do senhor Presidente da Câmara propondo, de acordo com a informação n.º 1663/DOU, de 29/07/2019 e com o parecer do chefe da DOU, de 31/07/2019 e atendendo ao referido no parecer jurídico (informação n.º 2960, 03/05/2019), que a Câmara Municipal delibere o indeferimento do pedido de emissão de certidão de compropriedade, devendo promover-se a audiência prévia do interessado, nos termos do artigo 121º do C.P.A..

**Deliberação:** Retirado da ordem de trabalhos.

**59-ASSUNTO:** CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROC. 100/19 (COD 42)

**REQUERENTE:** VERA LÚCIA PAIVA COELHO

**LOCAL:** LUGAR DA FIGUEIRA, ARTIGO 657-D - PENAJÓIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 752/42/2019 do senhor Presidente da Câmara propondo, de acordo com a informação n.º 1680/DOU, de 29/07/2019 e com o parecer do chefe da DOU, de 31/07/2019 que a Câmara Municipal delibere a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e condicionalismos expressos.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**60-ASSUNTO:** CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROC. 99/19 (COD 42)

**REQUERENTE:** VERA LÚCIA PAIVA COELHO

**LOCAL:** LUGAR DA FIGUEIRA, ARTIGO 646-D - PENAJÓIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 753/42/2019 do senhor Presidente da Câmara propondo, de acordo com a informação n.º 747/DOU, de 27/03/2019 e com o parecer do chefe da DOU, de 29/03/2019 que a Câmara Municipal delibere a emissão de

parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e condicionalismos expressos.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**61-ASSUNTO:** CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROC. 95/19 (**COD 42**)

**REQUERENTE:** VERA LÚCIA PAIVA COELHO

**LOCAL:** LUGAR DA ROSSADA, ARTIGO 1148-D - PENAJOIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 754/42/2019 do senhor Presidente da Câmara propondo, de acordo com a informação n.º 745/DOU, de 27/03/2019 e com o parecer do chefe da DOU, de 29/03/2019 que a Câmara Municipal delibere a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e condicionalismos expressos.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**62-ASSUNTO:** CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROC. 94/19 (**COD 42**)

**REQUERENTE:** VERA LÚCIA PAIVA COELHO

**LOCAL:** LUGAR DA ROSSADA, ARTIGO 916-D - PENAJOIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 755/42/2019 do senhor Presidente da Câmara propondo, de acordo com a informação n.º 744/DOU, de 27/03/2019 e com o parecer do chefe da DOU, de 29/03/2019 que a Câmara Municipal delibere a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e condicionalismos expressos.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**63-ASSUNTO:** CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROC. 97/19 (**COD 42**)

**REQUERENTE:** VERA LÚCIA PAIVA COELHO

**LOCAL:** LUGAR DA FIGUEIRA, ARTIGO 491-D - PENAJOIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 756/42/2019 do senhor Presidente da Câmara propondo, de acordo com a informação n.º 746/DOU, de 27/03/2019 e com o parecer do chefe da DOU, de 29/03/2019 que a Câmara Municipal delibere a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e condicionalismos expressos.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**64-ASSUNTO:** CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROC. 88/19 (**COD 42**)

**REQUERENTE:** VERA LÚCIA PAIVA COELHO

**LOCAL:** LUGAR DE RIBEIRO SECO, ARTIGO 1005-D - PENAJOIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 757/42/2019 do senhor Presidente da Câmara propondo, de acordo com a informação n.º 741/DOU, de 27/03/2019 e com o parecer do chefe da DOU, de 29/03/2019 que a Câmara Municipal delibere a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e condicionalismos expressos.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**65-ASSUNTO:** CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROC. 90/19 (**COD 42**)

**REQUERENTE:** VERA LÚCIA PAIVA COELHO

**LOCAL:** LUGAR DE RIBEIRO SECO, ARTIGO 1004-D - PENAJOIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 758/42/2019 do senhor Presidente da Câmara propondo, de acordo com a informação n.º 742/DOU, de 27/03/2019 e com o parecer do chefe da DOU, de 29/03/2019 que a Câmara Municipal delibere a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e condicionalismos expressos.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**66-ASSUNTO:** CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROC. 92/19 (**COD 42**)

**REQUERENTE:** VERA LÚCIA PAIVA COELHO

**LOCAL:** LUGAR DO RIBEIRO SECO, ARTIGO 1031-D - PENAJOIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 759/42/2019 do senhor Presidente da Câmara propondo, de acordo com a informação n.º 743/DOU, de 27/03/2019 e com o parecer do chefe da DOU, de 29/03/2019 que a Câmara Municipal delibere a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos e condicionalismos expressos.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**67-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 440/15 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** LAMICGROUP XV, S.A.

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA COSTA – FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 761/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1714/DOU, de 01/08/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 02/08/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de construção de uma habitação, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**68-ASSUNTO:** RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 110/17  
(COD 42)

**REQUERENTE:** NUNO MIGUEL DE JESUS SANTOS

**LOCAL DA OBRA:** MAZES – LAZARIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 762/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1709/DOU, datada de 31/07/2019 e do parecer do Chefe da DOU, de 02/08/2019, referindo que o requerente foi notificado, nos termos do n.º 5 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, do projeto de decisão de declaração de caducidade do ato de licenciamento, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo.

Dado que não solicitou a emissão do alvará de licença de obras, no prazo de um ano, nem se pronunciou no prazo concedido, propõe que a Câmara delibere declarar, a título de decisão final, a caducidade do ato de licenciamento com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento ao requerente e aos serviços de fiscalização.

**Deliberado:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**69-ASSUNTO:** AMPLIAÇÃO DE UM COMPLEXO DE ARMAZANAGEM DE PRODUTOS  
EXPLOSIVOS PARA UM ESTABELECIMENTO FABRIL – PROC. 234/15 (COD 42)

**REQUERENTE:** PIROTECNIA CARLOS DUARTE, SOCIEDADE UNIPESSAOL, LDA.

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA BALOITA - CEPÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 763/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1364/DOU, datada de 17/06/2019 e do parecer do chefe da DOU, de 05/07/2019 e de acordo com o referido no artigo 24º do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego, compete à câmara municipal deliberar sobre as dispensas totais ou parciais do pagamento de taxas municipais e nos termos da alínea b) do nº1 do artigo 26º do citado regulamento a câmara municipal pode isentar ou reduzir o pagamento das taxas constantes da Tabela Geral anexa, sem prejuízo das licenças ou autorizações necessárias relativas à construção, remodelação ou beneficiação das instalações destinadas a fins exclusivamente agrícolas, industriais e comerciais (lojas de comércio tradicional) desde que o interesse público o justifique. De acordo com a deliberação de Câmara de 10.10.1994 o complexo de armazenamento foi considerado como interesse de concelhio.



O valor das taxas a liquidar é de 3.654,10€.

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere reduzir em 50% o valor das taxas a liquidar pelo requerente.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**70-ASSUNTO:** REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 478/14  
(COD. 42)

**REQUERENTE:** ANTÓNIO CARLOS REBELO FERREIRA

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO CABO – VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 777/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1788/DOU, de 08/08/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 08/08/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento das alterações à obra de requalificação e ampliação de uma habitação.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**DIVISÃO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO – CÓD. DFP | 03**

**71-ASSUNTO:** 5ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E PAM ORÇAMENTO 2019 (COD 43)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 760/43/2019 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que a execução das grandes opções do plano e orçamento para 2019, à semelhança do que tem sido na execução de orçamentos anteriores, sofre várias alterações para fazer face às necessidades e planeamento de despesa de funcionamento e atividades, bem como outras não previstas aquando elaboração do documento.

No excecionado no ponto 8.3.1.3. e no ponto 8.3.1.5. do POCAL, estão referenciadas as contrapartidas que servem de base às alterações orçamentais. Trata-se aqui, por regra, de transferências de dotação entre diferentes rubricas orçamentais sem implicar o aumento do montante total do orçamento de despesa.

São da competência do executivo municipal e não existe qualquer limitação quanto ao número anual de alterações orçamentais que podem ser efetuadas. As alterações orçamentais não afetam o equilíbrio global porque se traduzem em aumentos de dotações de despesa ou receita em algumas rubricas com contrapartida de diminuições ou de anulações de dotações noutras rubricas.

Assim é, proposta a 5.<sup>a</sup> alteração ao orçamento da despesa, PAM e PPI, justificada, principalmente, com a necessidade das despesas:

- 1- Reforço da despesa com a saúde dos funcionários municipais, ADSE;
- 2- Reforço da despesa com bens alimentares, para a Cantina Municipal e Centros Escolares;
- 3- Reforço do plano de atividades relativo às Festas da Cidade – Nossa Senhora dos Remédios;
- 4- Reforço dos protocolos para Limpeza com a Associação Portas Prá Vida para integração de pessoa com deficiência;
- 5- Reforço da despesa com manutenção de viaturas;
- 6- Reforço da despesa de outras, para indemnização na Variante de Cambres, por queda do muro.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que seja aprovada a quinta alteração ao orçamento, que importa de reforços e anulações no montante de 263.000,00€, nos termos da alínea d), do n.º 1, artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que não se sente confortável em votar favoravelmente esta proposta de alteração ao orçamento, uma vez que ainda não foi contemplado o assunto, por si colocado, referente à Associação de Freguesias do Sudeste, nem estão contempladas as transferências para as Associações Culturais e Desportivas. Custa-lhe a entender um reforço de 75 mil euros para as Festas dos Remédios quando ainda só se pagaram três meses de 2019 às associações Desportivas e Culturais.

Solicitou, por isso, que repensasse este assunto, nomeadamente que honrasse primeiro os compromissos assumidos e posteriormente que gaste dinheiro noutras coisas, lembrando que mais uma vez se denota a questão da definição das prioridades.

Adiantou que a manter-se esta proposta votará contra.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** solicitou alguns esclarecimentos sobre esta alteração ao orçamento, os quais foram prestados pelo senhor **Presidente da Câmara** e pelo senhor Dr. Nelson do Valle Martins, **Chefe da DFP**, presente na reunião.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada, por maioria, com três votos a favor, do Presidente da Câmara e dos Vereadores do PS, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e Ana Catarina Graça da Rocha e com três votos contra, do Vereador do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego” António Pinto Carreira e José Correia da Silva, e uma abstenção do Vereador do PSD, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, tendo o senhor Presidente da Câmara utilizado o voto de qualidade,

nos termos do n.º 2, do artigo 54º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado o empate verificado.

**72-ASSUNTO:** PEDIDO DE EXPLORAÇÃO DE BAR A INSTALAR NO PAVILHÃO MULTIUSOS DE LAMEGO NO ÂMBITO DAS FESTAS DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS (COD 51)

**REQUERENTE:** ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESTGL

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 776/51/2019 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura e Desporto, do seguinte teor:

*“Considerando que a Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego tem como objetivos primordiais representar os estudantes e defender os seus interesses, promover a formação cívica, física, cultural e científica dos seus membros, estabelecer a ligação da Escola e dos seus associados à realidade sócio económica e política do País, cooperar com todos os organismos estudantis, nacionais ou estrangeiros, e contribuir para a interligação dos estudantes na vida profissional, procurando estabelecer contactos permanentes a cooperar com as associações em que os estudantes se possam vir a integrar.*

*A AEESTGL tem desenvolvimento um trabalho notável ao nível do enquadramento dos estudantes da ESTGL, no Município de Lamego, promovendo a plena integração na comunidade.*

*Atendendo ao interesse demonstrado pela Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, em participar nas Festas em Honra da Nossa Senhora dos Remédios e de forma a contribuir, apoiar e dinamizar o associativismo estudantil de Lamego, sendo que as suas receitas, nos termos estatutários advêm apenas do apoio financeiro concedido pelo Estado com vista ao desenvolvimento das suas atividades.*

*Para poder angariar receitas para o desenvolvimento das suas atividades e objetivos a AEESTGL, solicitou que lhe seja autorizada a exploração do bar a instalar no evento que se realizará no dia 17 de agosto, no Centro Multiusos de Lamego, no âmbito das Festas em Honra da Nossa Senhora dos Remédios.*

*Assim, reconhecendo o mérito desta Associação e como forma de apoiar a promoção das suas atividades, proponho à Exma. Câmara Municipal que delibere autorizar a AEESTGL a explorar o bar a instalar no evento que se realizará no dia 17 de agosto, no Centro Multiusos de Lamego, no âmbito das Festas em Honra da Nossa Senhora dos Remédios.”*

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** começou por referir que, do seu ponto de vista, existe uma clara incompatibilidade do requerente, uma vez que se trata do

Presidente da Direção da Associação de Estudantes da ESTGL e membro da Comissão de Festas, existe falta de transparência, há uma oportunidade desperdiçada de se arranjar receitas para o município de Lamego e de cumprir a lei da contratação pública, pelo que adiantou que irá votar contra esta proposta.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** disse que gostaria de saber se existem outras associações que tenham manifestado interesse em explorar aquele local e saber, ainda, se há outras associações desportivas e culturais que também vão beneficiar da utilização ou exploração de espaço público, durante o período das Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios, época que mais gente visita a cidade de Lamego.

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** esclareceu que este requerimento foi subscrito pelo senhor Bruno Gomes, enquanto Presidente da Direção da Associação de Estudantes da ESTGL. Disse que, como é sabido, trata-se da única escola superior existente no Município de Lamego e a única associação de estudantes do ensino superior existente no município de Lamego.

Sublinhou que tem sido apanágio deste Executivo acarinhar e apoiar todas as associações, mormente as juvenis, por forma a que, sejam desenvolvidas atividades que acarinhem os jovens e os cative para permanecerem na cidade de Lamego.

Por outro lado, uma vez que esta Associação não usufrui de qualquer outro apoio, por parte do Município, entendeu trazer o assunto à Câmara, com total transparência, no seguimento da pretensão do requerente.

Informou que não deu entrada mais nenhum requerimento para exploração do bar a instalar no Pavilhão Multiusos. Informou, ainda, que outras associações integrarão as Festas de Nossa Senhora dos remédios, ocupando igualmente espaço público, fazendo angariação de receitas, dando como exemplo o ZigurFest, que estará instalada no Parque Isidoro Guedes. A propósito deste assunto, lembrou que, no ano passado, foi aprovada em sede de reunião de Camara a exploração de bares no Jardim da República.

Deu como outro exemplo, o apoio do município ao Automóvel Clube de Lamego que irá desenvolver mais uma edição da Concentração Motard, bem como o Sporting Clube de Lamego que irá promover uma festividade, nas piscinas municipais.

Reiterou que trouxe esta proposta à Câmara, com toda a transparência, e sem qualquer condição de interesses, no sentido de ser ajudada esta Associação, com o intuito de angariar receitas para que, ao longo do ano, consigam desenvolver as suas atividades, nomeadamente de índole social, que é dada aos estudantes que procuram a cidade de Lamego.

Lembrou que o Município por si só, não tem capacidade para gerir bares, não sendo inclusive essa a sua função.

O senhor **Presidente da Câmara** reiterou as explicações prestadas pela senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha, sublinhando apenas o facto de esta proposta se tratar da formalização do pedido apresentado pela Direção da Associação de Estudantes da ESTGL, não havendo, em momento algum, qualquer situação de favorecimento pessoal seja a quem for.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** recordou a senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha que uma das competências do município é gerir os equipamentos da sua propriedade, nos termos legais. Disse que gerir, nos termos da lei, não faz desta maneira, pese embora possa reconhecer a bondade da proposta e o apoio que esta Associação necessita, que reconhece. No entanto, também reconhece que o Município de Lamego necessita de receitas e, como tal, tem de ir à busca delas e depois também tem de tratar todas as Associações em pé de igualdade, o que não está a acontecer, sublinhou.

Frisou que não é nada correto permitir que uma associação explore um equipamento público, sem dar oportunidade a outras associações, ou seja, não lhe parece correto, estar a beneficiar uma associação em detrimento de outras. Também não é correto não pagar os subsídios às associações que foram aprovados em reunião de Câmara, invocando dificuldades financeiras do município, e depois dizer-se na reunião que uma associação fez um requerimento e a Câmara tem de ajudar.

Reforçou que não é esse o modelo de gestão que preconiza para o Município e com o qual não pode concordar, pelo que irá votar contra.

Reiterou que não está de acordo com a lei, há uma clara incompatibilidade do requerente e não cumpre o princípio da igualdade.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** entende que este assunto deveria um tema para todos aproximar e não haver desentendimentos. Considera que a intervenção do senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues não seja de posição contra a Associação em causa, pelo que a seu ver, entende que se tivesse havido um diálogo prévio, teria havido uma posição unânime.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** afirmou que acolhe as explicações proferidas pela senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha, pelo que dado que outras associações também vão ter oportunidade de explorar outros espaços públicos, adiantou que não irá inviabilizar esta proposta.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que este assunto diz respeito a uma decisão de gestão quotidiana, sendo óbvio que têm de ser respeitados os procedimentos legais adequados. Lembrou, ainda, que apenas se trata de exploração de um bar, apenas durante uma noite, num evento específico.

Presidente

Secretária

**Deliberação:** A proposta foi aprovada, por maioria, com três votos a favor, do Presidente da Câmara e dos Vereadores do PS, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e Ana Catarina Graça da Rocha, com um voto contra, do Vereador do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e com três abstenções, dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego” António Pinto Carreira e José Correia da Silva e do Vereador do PSD, Fernando Silvério Cardoso de Sousa.

**73-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)**

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

**74-ASSUNTO: TERMO (COD 60)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às doze horas, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária